

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS EM SEGURANÇA PÚBLICA (PEC 018/25)

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. MENDONÇA FILHO)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Especial sobre Competências Federativas em Segurança Pública (PEC 18/25) para debater o problema do controle territorial exercido por organizações criminosas e milícias.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública destinada a discutir o problema do controle territorial coercitivo exercido por organizações criminosas e milícias no Brasil. Sugerimos que sejam convidados os seguintes nomes:

- **Benjamin Lessing**, professor da Universidade de Chicago (EUA), pesquisador renomado em governança criminal;
- **Fabio Correa de Matos Souza**, promotor do Ministério Público da Rio de Janeiro, membro do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco);
- **Leticia Emile Alqueres Petriz**, promotora do Ministério Público da Rio de Janeiro, membro do Grupo de Atuação Especial no Controle Externo da Atividade Policial e na Segurança Pública (GAESP);



- **Bruno Paes Manso**, jornalista, pesquisador, pós-doutor do Núcleo de Estudos da Violência da USP;
- **Daniel Veloso Hirata**, sociólogo, coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF);
- **Fabício Oliveira**, delegado coordenador da Coordenadoria de Recursos Especiais da PC/RJ;

JUSTIFICAÇÃO

Segundo estudo publicado pela *Cambridge University Press*, o Brasil é, com folga, o país da América Latina com o maior percentual da população vivendo sob as regras impostas por grupos criminosos. Os dados mostram que cerca de 26% da população do País, estão submetidos à chamada governança criminal¹.

No Brasil, atualização do Mapa dos Grupos Armados mostra que em 16 anos a área do Grande Rio sob controle de grupos armados dobrou (crescimento de 105,73%). Hoje predomina o Comando Vermelho (CV), enquanto as milícias perderam espaço².

Nos últimos anos, tem-se percebido um movimento em que certas organizações criminosas, como o CV e o Terceiro Comando Puro (TCP), a espelho das milícias, passaram a imiscuir-se na prestação de serviços essenciais, como internet e gás, afetando não só comunidades e outros territórios localizados, mas também o entorno.

Desde o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj),

¹ Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/criminal-governance-in-latin-america-prevalence-and-correlates/A9B2D491806C26DB0F42869B2D81AB19>>. Acesso em: 19 set. 2025.

² Disponível em: <<https://geni.uff.br/2024/06/04/atualizacao-do-mapa-historico-dos-grupos-armados/>>. Acesso em: 19 set. 2025.



publicado em 2008, sabe-se que milicianos no Rio lucram milhões explorando os seguintes ramos: TV a cabo, transporte ilegal de passageiros, cobrança de taxa securitária e mercado imobiliário. Passados mais de 15 anos da investigação, esses arranjos não só persistem, mas também se diversificaram e foram adotados por organizações vinculadas ao narcotráfico.

A infiltração criminosa nos serviços de internet vale-se, primariamente, de ameaças e de ataques para intimidar e, em consequência, controlar concorrentes, consumidores e, em última instância, o segmento como um todo. No Rio de Janeiro, relata-se que, via aplicativos de mensageria, facções têm determinado a moradores quais provedores são de acesso permitido e a quem deve ser efetuado o pagamento de taxas, geralmente com ágio³.

Tendo em vista esse preocupante estado de coisas, propomos audiência pública para melhor compreender o problema e refletir como poderia ser enquadrado em um contexto de reforma constitucional.

Para tanto, sugerimos o convite de operadores de segurança pública, que lidam com esses desafios na linha de frente, bem como de especialistas renomados. Nesse sentido, para além de nomes importantes já apresentados em outros requerimentos, no âmbito desta Comissão, sugerimos os nomes acima.

Destacamos, em particular, o professor da Universidade de Chicago, Benjamin Lessing, pesquisador renomado em governança criminal e um dos autores da última pesquisa que releva que mais 26% do território brasileiro está dominado por grupos criminosos; os promotores do Ministério Público do Rio de Janeiro, Fabio Correa de Matos Souza e Letícia Emile Alqueres Petriz, com atuação de destaque contra milícias e o CV; Bruno Paes Manso, pós-doutor, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, autor de livros importantes, como *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*; Daniel Veloso Hirata, coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF) e estudioso

³ FANTÁSTICO. Facções expulsam provedores e dominam serviço de internet em bairros pelo Brasil. **O Globo**, 13 de abril de 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2025/04/13/faccoes-criminosas-expulsam-provedores-de-internet-para-dominar-servico-em-varios-bairros.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2025.



do controle territorial de matriz criminosa; e, por fim, o delegado da Polícia Civil fluminense, Fabrício Oliveira, coordenador da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), encarregada de operações de alto risco.

Ante o exposto, diante da urgente necessidade de discutir o tema, e da elevada expertise dos nomes aqui expostos, pedimos o apoio dos Nobres Colegas para essa importante iniciativa.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado MENDONÇA FILHO

